

**O IMAGINARIO DE “BRASIL GRANDE” NA FRONTEIRA: UMA PROPOSTA PEDAGOGICA PARA O ENSINO DE PASSADOS SENSIVEIS A PARTIR DO ACERVO DO JORNAL A FOLHA DE JAGUARÃO-RS**

**EL IMAGINARIO DEL "GRAN BRASIL" EN LA FRONTERA: UNA PROPUESTA PEDAGÓGICA PARA LA ENSEÑANZA DE PASADOS SENSIBLES DESDE LA COLECCIÓN DEL PERIÓDICO A FOLHA DE JAGUARÃO-RS**

Darlise Gonçalves de Gonçalves<sup>1</sup>

Larissa Pinto Martins<sup>2</sup>

**Resumo:** Almejamos com esse artigo refletir sobre o ensino de temas sensíveis partindo de uma perspectiva local, através de uma proposta pedagógica a partir do acervo do jornal A Folha. Tomando como ponto de partida o período ditatorial civil-militar brasileiro, observamos que trabalhos que versem acerca das particularidades das cidades de interior e pequeno porte ainda são pouco presentes em nossa historiografia e conseqüentemente nos livros didáticos. Acreditamos que a falta deste conhecimento contribui para que haja certo distanciamento, e até mesmo negação, das novas gerações a essa temática ainda tão presente em nossa sociedade. Partindo dessa premissa, objetivamos compreender o acervo presente na biblioteca pública municipal de Jaguarão - prédio que fora projetado e construído durante os governos militares e local que salvaguarda parte do acervo do periódico A Folha - como arquivo e centro documental de pesquisa bem como um espaço pedagógico e de difusão de memórias acerca do período ditatorial de 1964 na cidade.

**Palavras-chave:** Ensino de temas sensíveis. Ditaduras de segurança nacional. Proposta Pedagógica.

**Resumen:** Nuestro objetivo es reflexionar sobre la enseñanza de temas sensibles desde una perspectiva local, a través de una propuesta pedagógica de la colección del periódico A Folha. Tomando como punto de partida el período dictatorial civil-militar brasileño, observamos que los estudios que describen las particularidades de las ciudades del interior y del pequeño tamaño todavía están poco presentes en nuestra historiografía y, en consecuencia, en los libros didáticos. Creemos que la falta de este conocimiento contribuye a la distancia, e incluso negación, de las nuevas generaciones a este tema todavía tan presente en nuestra sociedad. Basándonos en esta premissa, pretendemos comprender la colección presente en la biblioteca pública municipal de Jaguarão - un edificio que fue diseñado y construido durante los gobiernos militares y locales que salvaguarda parte de la colección de la revista A Folha - como un archivo y centro de investigación documental, así como un espacio pedagógico y la difusión de recuerdos sobre el período dictador de 1964 en la ciudad.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pampa. Bolsista CAPES. E-mail: darlisehistoriadora@yahoo.com

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande. Bolsista CAPES. E-mail: larissa.pmartins@yahoo.com.br

**Palabras clave:** Enseñanza de temas sensibles. Dictaduras de seguridad nacional. Propuesta Pedagógica.

## Introdução

Em nossa historiografia pouco se fala do período ditatorial em estados periféricos e menos ainda dos decorridos anos nas cidades de interior e pequeno porte. Como destaca a pesquisadora Claudia Wasserman em seu texto “*O golpe de 1964: Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil*” o esforço de sistematização e produção de conhecimentos acerca das particularidades dos estados periféricos durante os anos de repressão é muito recente em termos historiográficos (WASSERMAN, 2009), visto que, pesquisas de maior folego tendem a abordar estratégias de repressão e resistência em grandes centros urbanos, como o eixo Rio de Janeiro São Paulo.

Todavia, esse panorama tem pouco a pouco se expandido e no que diz respeito ao estado do Rio Grande do Sul. Aspectos referentes à Campanha da Legalidade, as fortes ligações de seu povo com o Trabalhismo, bem como com seus expoentes exilados no Uruguai, suas particularidades geopolíticas, a vasta fronteira com os países do Prata dentre outros pontos que refletem diretamente nas dinâmicas entre Estado e oposição nesse território. Academicamente, arrisca-se dizer que podemos considerar a coletânea “*A Ditadura de Segurança Nacional No Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*” organizada pelos pesquisadores Enrique Serra Padrós, Vania M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez e Amanda Simões Fernandes o primeiro grande esforço de reunião e sistematização de produções que versem a respeito das particularidades do Rio Grande do Sul durante esse período, sendo esta obra uma das referências para pensarmos o estado gaúcho dentro das conexões de repressão e resistência durante as ditaduras de segurança nacional na América Latina.

Recentemente a editora da Universidade Federal do Rio Grande lançou o livro *Sombras No Extremo Sul: Luzes Sobre O Passado Ditatorial No Sul Gaúcho* organizada pelos pesquisadores Cristiano Engelke e Nilton Sainz. Essa obra traz a reunião de oito artigos que abordam diferentes aspectos dos referidos anos nas cidades de Pelotas, Jaguarão e Rio Grande no intuito de suprir parcialmente esta lacuna indicando caminhos para

pesquisas mais aprofundadas. No entanto, se academicamente o cenário de produção de conhecimentos sobre o período começa a ampliar seus horizontes esse movimento ainda não estendeu seus laços para o campo de ensino de história, onde há

[...] inúmeras lacunas na implementação de políticas de memória mais amplas, que aproximem a sociedade brasileira desse passado- *passado tão presente*. Entre essas ausências, está à falta de diretrizes específicas para a inserção destas temáticas na escola e a produção de materiais didáticos que venham a instrumentalizar os professores para a sua abordagem em sala de aula. (ASSUMPÇÃO, GASPAROTTO, PADRÓS, 2013, p. 45).

Tal panorama reflete diretamente no conteúdo dos livros didáticos que ao tratar desse período enfocam suas narrativas em expressivas ações de repressão e resistência ocorridas em grandes centros urbanos, como o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick; a cronologia dos governos; dos principais atos institucionais; a censura às artes; processo de abertura política dentre outros temas de caráter mais amplo. Em consonância com a historiadora Caroline Bauer (2020), acreditamos que para avançar no estudo dessa temática de maneira mais efetiva, é preciso que sejam deixadas de lado explicações generalistas sobre o período, destinando especial atenção a diversidade de tipos sociais que vivenciaram das mais diferentes formas a dialética Estado e oposição, destacando as vivências de outros atores que não necessariamente tenham pegado em armas contra a ditadura, esmiuçando outras formas de resistência e levando em conta as especificidades dos diferentes setores da sociedade brasileira a partir de um recorte regional, por exemplo, afinal nosso país possui um vasto território e as formas de resistência e repressão possuem suas particularidades de acordo com o espaço em que se desenvolvem.

No que diz respeito ao município de Jaguarão, fora dos muros da academia, ao pensarmos sua história, baseando-nos sob o ponto de vista da ampla maioria de sua população, podemos perceber que esta ainda é narrada a partir do olhar do charqueador, do coronel, dos feitos heróicos dos bravos militares que defenderam essa fronteira ao longo dos séculos e de tantos outros personagens “ilustres de uma elite local” branca, com poder aquisitivo e predominantemente masculina. Todavia, tal

concepção começa pouco a pouco a ser modificada a partir das produções desenvolvidas pelo curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa<sup>3</sup>, através de seus alunos e alunas, e que tem contribuído significativamente para desvelar as memórias subterrâneas dessa fronteira dedicando especial atenção “as falas que contam a versão dos vencidos” (VIEIRA, 2018, p. 27).

No entanto, poucas dessas produções adentram as escolas públicas locais, ainda muito resistentes ao “novo”, dificultando o debate social a cerca dos usos públicos dessa história. Para Le Goff (1990), as memórias coletivas são, para além de uma conquista, um objeto de poder, residindo aí a importância de serem estudadas. Nesse sentido, o que temos hoje são iniciativas pontuais que partem do protagonismo de alguns educadores. No ano de 2018, por exemplo, data que marcou os 50 anos do AI-5 e da Lei de segurança nacional para zonas de fronteira, foram desenvolvidas em parceria com o professor Lauro Borges, no IFSul campus avançado Jaguarão, algumas oficinas e aulões que abordavam temas referentes a esta fronteira durante os anos de ditadura, atividades estas que já foram narradas em outros trabalhos<sup>4</sup>.

Segundo o pesquisador Benito Schmidt (2015), “aniversários redondos são bons para pensar sobre determinados fatos históricos, [...] afugentar o fantasma do esquecimento [...] acrescentar novas leituras do passado em questão,” (SCHMIDT, 2015, p. 155). Nesse sentido, atividades como essas são de crucial importância para nos atentarmos aos usos públicos dessa memória que fora sistematicamente silenciada por um projeto estatal. A historiadora Elena Teixeira Porto Vieira pontua em sua dissertação que:

É necessário compreendermos melhor esse momento com a finalidade de desconstruirmos algumas memórias. Memórias essas forjadas, de maneira geral, sob o desconhecimento de vários acontecimentos nesse período, o que contribuiu, então, para a conservação das memórias promovidas pelo governo militar durante os 21 anos de atuação do regime. (VIEIRA, 2018, p. 17).

---

<sup>3</sup> Para maiores informações a respeito das particularidades de Jaguarão durante o período ditatorial e suas reminiscências recomendamos a leitura de: GONÇALVES, (2018); DOURADO, (2017); VIEIRA, (2014); VIEIRA, (2018) e TAVARES, (2016).

<sup>4</sup> Para maiores informações ver GONÇALVES, MARTINS, (2018); GONÇALVES, (2020).

Nesse sentido, para Verena Alberti (2014), o trabalho do professor em muito se aproxima ao do pesquisador na medida em que fazemos escolhas metodológicas e temáticas de acordo com os objetivos que almejamos alcançar com nossos educandos. Se tradicionalmente a história serviu para legitimar pretensões dos dirigentes políticos hoje, ao lado das demais ciências humanas, cada vez mais ela deve ser encarada como uma porta de entrada para o debate, a reflexão e o questionamento crítico de postulados excludentes contribuindo “no tensionamento das condições que tornaram possíveis o racismo, a violência e a desigualdade e, a partir disso, permitir a reflexão sobre o que nos configura hoje como nação” (DE VARGAS GIL, CAMARGO, 2018, p. 141). Sendo a escola espaço frutífero para essas análises de forma que significativa parcela da sociedade possa se encontrar com debates que se apresentam na produção histórica atual, sobretudo no que diz respeito a temáticas sensíveis, visando à formação cidadã desses jovens.

Durante o curso de licenciatura em história, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), desenvolvemos três componentes de estágios obrigatórios, dois em ambiente escolar e um em espaços de memória como museus, bibliotecas e arquivos. Esse artigo traz o relato da experiência da pesquisadora Darlise Gonçalves de Gonçalves durante sua atuação de estágio no arquivo do periódico A Folha salvaguardado na Biblioteca Pública Municipal de Jaguarão. Onde a partir de um levantamento nesse acervo constitui-se um banco de imagens contendo notícias locais e também a âmbito estadual e nacional a respeito do “milagre econômico” e a ideia de “Brasil grande” difundida pelos governos militares, sendo estas trabalhadas a partir de uma perspectiva de como foram vinculadas e abordadas pelo periódico.

Com base nesse material foram realizadas algumas aulas públicas que versavam sobre as particularidades de Jaguarão durante o período ditatorial, apontando alguns dos aspectos trazidos pelos livros didáticos, a partir de uma perspectiva local. Fazendo do arquivo da Biblioteca Municipal um espaço educativo voltado também ao ensino de passados sensíveis. Neste artigo, relataremos a experiência vivida em um desses momentos, quando junto com a turma do 3M do curso médio integrado tecnólogo em

edificações do IFSul – Campus Jaguarão, desenvolvemos uma oficina com os periódicos locais. Na qual a partir de uma explanação inicial a cerca da construção do imaginário de Brasil Grande os educandos foram convidados a manusear e debater notícias contidas no catálogo confeccionado sobre o acervo do Jornal A Folha, a partir dessa atividade desenvolveu-se um frutífero debate acerca das diferentes memórias presentes em nossa sociedade a respeito da temática das ditaduras, seus silêncios e apropriações.

## **O espaço da Biblioteca Pública Municipal Oscar Furtado de Azambuja**

O prédio da Biblioteca Pública Municipal de Jaguarão está intimamente atrelado ao governo ditatorial, não apenas por trazer em sua fachada o nome de um dos generais nomeados para o cargo de prefeito<sup>5</sup>, mas também por ser fruto da política de planejamento urbano e desenvolvimento das cidades sensíveis à segurança nacional implantada pelos militares. Segundo o historiador Alexandre dos Santos Villas Bôas, o governo ditatorial tinha interesse em:

implementar uma política de planejamento urbano nas cidades periféricas visando inseri-las no contexto capitalista dos grandes centros urbanos, o que, em tese, evitaria a adesão de descontentes aos opositores do regime, ou que pelo menos contestassem a eficácia das medidas administrativas realizadas. (BÔAS, 2018, p. 11).

Ainda segundo o autor, durante as décadas 1960/1970, a cidade de Jaguarão estaria ativamente inserida nesse projeto, vale lembrar que durante os anos finais da primeira década e início da segunda mencionada o país vivenciou o período compreendido enquanto “milagre econômico” uma das formas encontradas pela ditadura de legitimar e arreigar simpatizantes ao governo diante da promessa de um “Brasil Grande”. Em concordância com os argumentos pontuados pela historiadora Elena Teixeira Porto Vieira, acredita-se que a intenção do governo ditatorial de criar um ideal de nação que caminhava rumo ao progresso enquanto uma ideia reafirmada inúmeras vezes através da não informação, da desinformação ou da informação

---

<sup>5</sup> Durante o período ditatorial diversas cidades brasileiras consideradas áreas de interesse à segurança nacional tiveram interventores indicados pelo governo central para os cargos diretivos municipais

plantada a gosto do regime acrescida à falta de discussão crítica posterior desses episódios, “corroborada com o processo de construção da memória de um indivíduo ao longo de sua trajetória de vida, dada a força da memória coletiva imposta naquele período” (VIEIRA, 2019, p. 30).

O prédio da Biblioteca Pública Municipal Oscar Furtado de Azambuja foi inaugurado no ano de 1969 e situa-se na Rua General Marques em frente à “Praça do Desembarque” ou “Praça das Figueiras”. Com base nas informações cedidas pelo professor Raniere Dourado, informações essas presentes em seu relatório de estágio III, sabe-se que o desejo da comunidade na construção de uma biblioteca municipal data de muito antes do fim da década de 1960. Contudo, mesmo o município tendo recebido a doação de um terreno pelo governo federal no ano de 1955, gerando a partir desse momento diversas ações da própria comunidade local, como por exemplo, a organização de bazares e quermesses visando arrecadar fundos para a obra, o projeto permaneceu “engavetado” por mais de dez anos.

Segundo Dourado, o mesmo começa a ganhar forma nos meses finais do governo Rubens Marques vindo a ser efetivamente executado durante o governo municipal do Gen. Oscar de Furtado Azambuja, figura que dá nome à Biblioteca Pública de Jaguarão, já no contexto de planejamento urbano e desenvolvimento projetado pela ditadura. O autor nos aponta que,

Em 1968, o então prefeito municipal, Rubens Marques, junto a Câmara Municipal de Jaguarão, firma convênio com o INL, Instituto Nacional do Livro, através da Lei municipal nº 837 de 13 de agosto de 1968, e que estabelecia o recebimento de auxílio, através de doações de livros e assistência técnica. O INL foi um órgão criado no período do Estado Novo pelo Getúlio Vargas e que durante o período da Ditadura Civil/Militar recebeu aporte financeiro e também servia para censurar certas editoras não muito alinhadas com o regime. (DOURADO, s.d., p.4)

Tais indicativos, acrescidos ao fato de o município já ser considerado área de interesse para a segurança nacional, nos levam a especular sobre certa censura prévia a qual foram submetidos os títulos destinados à biblioteca de Jaguarão. Já o que tange a doação de obras, por particulares, os únicos indícios encontrados são vinculados pelo

jornal local durante o ano 1968, que sendo esse aparentemente alinhado ao regime não discorre muito além de cordiais agradecimentos as abastadas famílias jaguarenses que contribuíram para a efetivação do projeto da biblioteca municipal. Com o intuito de averiguar maiores detalhes sobre a construção do acervo, consultamos a equipe que trabalha no local a respeito de existência de atas referentes ao período de sua fundação. Os mesmos nos relataram que o espaço encaminha esses documentos para o arquivo da prefeitura após um tempo e não souberam informar mais a respeito, pois cada equipe de trabalho fica no espaço o tempo de um mandato político, uma vez que, são cargos de confiança do prefeito.

### **Trabalho historiográfico a partir da imprensa: Notas sobre o arquivo do Jornal A Folha**

Dentro das possibilidades dispostas pelo espaço da biblioteca optamos por trabalhar com o acervo do jornal A Folha, fundado nesta cidade em 1938. O periódico durante os anos da ditadura esteve sobre propriedade e direção do Sr. Anysio Resem e, segundo a historiadora Renata de Paiva Tavares (2016), sua sede encontrava-se junto à livraria A Miscelânea<sup>6</sup>, também de propriedade do Sr. Anysio, que para além destes dois negócios, também possuía propriedades rurais, era membro da Maçonaria e figura responsável pelo único hospital da cidade, a Santa Casa de Caridade. Ou seja, era um membro da elite local a quem o milagre econômico e a ideia de Brasil Potência, em tese, viria a interessar.

A partir do contato com esse acervo construiu-se inicialmente um pré-projeto de atuação visando realizar um mapeamento das notícias vinculadas ao regime ditatorial civil militar durante os “anos de chumbo”, sobretudo as identificadas com a ideia de “Brasil Grande” vinculadas no periódico A Folha de Jaguarão. Com base nesse banco de dados objetivou-se a confecção de um catálogo contendo a relação dessas notícias, almejando assim, a criação de um espaço de memória e resistência em nossa cidade,

---

<sup>6</sup> Um fato interessante ligado à repressão ganha especial destaque, no ano de 1964 ao realizar a primeira grande operação limpeza em Jaguarão, o exército local vai expor o “material subversivo” apreendido durante a operação em suas vitrines, tal fato é noticiado na edição de 16 de abril de 1964 pelo jornal em matéria não assinada e de claro tom colaboracionista. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. A Folha nº 803, de 16 de abril de 1964.



pois como argumenta a historiadora argentina Beatriz Sarlo: “La memoria es un bien común, un deber [...] y una necesidad jurídica, moral y política.” (SARLO, 2005. p. 62.).

Quando falamos em “rememoração” de um evento, primeiro devemos pensar o que está sendo rememorado, quem rememora e quais os sujeitos presentes na mobilização desse ato, como este é feito e o porquê de sua existência. Durante os 21 anos de regime, como fora destacado pela pesquisadora Caroline Bauer, em entrevista concedida este ano ao portal História em Quarentena, a data do 31 de março fora comemorada com festejos militares ampliados à sociedade civil, visando criar uma coesão para o governo golpista, buscando justificar perante os olhos da sociedade o porquê de uma intervenção militar na democracia. No caso Jaguareense, o periódico local A Folha funcionou como um dos instrumentos na busca dessa legitimação social, sobretudo nos primeiros anos do regime quando esse veículo vincula sistematicamente notas de capa e pequenos editoriais associando a tomada do poder pelos quartéis a um ato justo, necessário e patriótico diante da ameaça de um perigo comunista.

Esse estilo de notícias volta a aparecer em momentos de tensão do regime, como, por exemplo, as manifestações estudantis no fim da primeira década da ditadura e o sequestro do embaixador norte americano. A esse tópico, o jornal dedica três edições dando uma ampla cobertura ao caso e vinculando extensos textos alertando para o perigo do comunismo e as mazelas dos países aliados a essa doutrina, dentre outros argumentos. Embora esses aspectos, devido ao recorte temporal proposto, não estejam compreendidos no catálogo confeccionado e utilizado para a atividade, são de crucial importância para que possamos compreender o posicionamento dessa mídia diante dos fatos e seu alinhamento com o governo. Sendo essas nuances norteadoras da análise conjunta que convidamos nossos educandos a fazerem.

Como pontua a historiadora Elena Teixeira Porto Vieira, o estudo dessa mídia percebe “a disseminação de notícias e ideias, notando-o [o jornal A Folha] como um dos formadores de opinião pública e agente efetivo no processo da criação da memória, ou desmemória” (VIEIRA, 2018. p. 23-24). Partindo dessa premissa, é de crucial importância a problematização de seus posicionamentos e sua capacidade de disseminação das notícias locais para a compreensão de sua atuação na influência da

construção de uma memória local e os usos públicos dessa memória pela população Jaguareense hoje.

O pesquisador Enrique Serra Padrós em seu artigo “História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos” nos chama atenção para os cuidados metodológicos que devem ser destinados a análise de fontes referentes a temáticas sensíveis do tempo presente. Sendo essa, em linhas gerais, encarada como uma história em aberto ou “um passado que ainda não passou” devido aos seus desdobramentos no presente e a constante tenção entre os discursos forjados pelos envolvidos no processo gerando questões “não resolvidas produzidas por aquelas experiências históricas” (PADRÓS, 2009, p. 31) restando aos historiadores:

Para que as análises do presente, mesmo parciais e provisórias, não se restrinjam às interpretações desconexas, fragmentadas, desarticuladas e superficiais da “cena contemporânea”, devem identificar e avaliar tendências e esclarecer as mudanças básicas de estrutura que funcionam como sedimento do contexto analisado. [...] o fundamental é fornecer uma base explicativa que, mesmo efêmera, seja plausível. Desta forma, responde-se, legitimamente, a uma primeira demanda sobre o assunto em questão. (PADRÓS, 2009, p. 31)

Visando esse fim, cuidados metodológicos básicos devem ser tomados no trato com as fontes para que não ocorram “leituras idealizadas, parciais, laudatórias, apologéticas, etc.” (PADRÓS, 2009, p. 31). Tal cruzamento já é próprio de nosso ofício, todavia, no caso das fontes referentes aos regimes de segurança nacional, o autor nos alerta que devemos ter cautela em nossa leitura, estando atentos à presença consciente ou não de “filtros corretores” oriundos de lapsos de memória, como no caso das fontes orais e dos testemunhos, ou do emprego da força e da coerção, como no caso dos depoimentos produzidos pelo Estado muitas vezes por efeito de torturas e da imprensa amordaçada pela censura. Esta última, matéria prima da experiência aqui narrada, não deve ter ignorado seus interesses em jogo por trás das informações por ela vinculadas.

Um aspecto relevante que deve ser levado em conta ao se tratar da imprensa em períodos de autoritarismos e/ou regimes ditatoriais é a censura sofrida por esses

veículos de comunicação. Desde os primeiros anos do regime Ditatorial de Segurança Nacional o governo ditatorial buscou manter a imprensa sob estrito controle, cenário que veio a se agravar após a decretação do AI-5 com a institucionalização da censura. De acordo com Padrós (2009),

Há jornais que permanentemente tiveram que enfrentar a tensão resultante da procura de um limitado equilíbrio de sobrevivência entre a ameaça da censura e da autocensura preventiva. Já outros foram orgânicos das ditaduras (em termos políticos, ideológicos e econômicos) e tiveram oportunidade de beneficiar-se de múltiplas formas, como nos casos dos jornais O Globo brasileiro e El Mercurio chileno, embora seja necessário destacar, que, em alguns casos, houve gradativo distanciamento crítico nos momentos finais daqueles regimes autoritários. (PADRÓS, 2009, p. 38)

Segundo a historiadora Renata de Paiva Tavares (2016), que analisou a ideia de “Brasil Grande” difundida pelo periódico A Folha entre o período de 1970 a 1974, embora o jornal a datar de 1972 passe a tecer sutis comentários negativos ao regime, ele mantém-se - a partir do seu discurso majoritariamente favorável ao governo ditatorial - enaltecendo figuras ligadas a burocracia do Estado e dedicando especial destaque a empreendimentos econômicos. E, como dito anteriormente, o jornal durante os primeiros anos do regime, traz em sua capa pequenos textos enaltecendo o patriotismo, reafirmando ideais revolucionários propagandeados pelo novo regime, bem como a ideia de um novo Brasil, melhor e livre da ameaça comunista, que se inicia com o golpe ao governo legítimo de João Goulart.

Durante muito tempo fora unanime na historiografia a ideia de que era impossível reconstruir a história através da imprensa, uma vez que, essa se configura enquanto uma produção que parte e defende determinados posicionamentos e interesses, estando assim, despida da neutralidade necessária para ser tomada enquanto fonte de pesquisa histórica. Tal perceptiva esteve em voga até a década de 1930. No que diz respeito a história do Brasil, até 1970 era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valiam de fontes jornalísticas para solidificar seus argumentos(LUCA, 2011). Seguindo por essa linha, embora fosse reconhecida a importância dos periódicos e houvesse certa preocupação em escrever a história da

imprensa, a mobilização dessa fonte para escrever a história por meio desta era ainda modesta. Nas décadas finais do século, com a influência da terceira geração dos Annales, que propunha “novos objetos, problemas e abordagens” para a construção dos saberes referentes à ciência histórica, fora deixada de lado a visão de que a falta de neutralidade da fonte jornalística configurava-se em um problema para as pesquisas históricas, passando a tomá-la enquanto um problema de pesquisa histórica.

Tais aspectos acima elencados são apontados por LUCA (2011), que tomando como ponto de referência trabalhos realizados pelas historiadoras Mari Helena Capelato e Maria Ligia Prado, justifica o uso dessa fonte por não estar isolada do cosmos político social que a produz, sendo muitas vezes o principal veículo de comunicação e informação das massas, realidade que se observa em Jaguarão nos anos 1960. Deixando de lado a ideia de “um ‘mero veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere” (CAPELATO, PRADO, Apud. LUCA, 2011. p. 118.), a imprensa atende a determinados interesses dentro do jogo de poderes local, regional e nacional dependendo do alcance de sua tiragem.

### **Trabalhando com acervos enquanto estratégia pedagógica para o ensino de passados sensíveis**

Durante meados de 1970/1980 diante do boom dos estudos de patrimonialização cultural surge a ideia de “lugares de memória” enquanto uma forma de se inventariar a memória nacional francesa. Um dos principais pensadores ligados a esse movimento é o francês Pierre Nora, em uma importante coleção de textos coordenado por ele e traduzido na década de 1990 para o português, esse pesquisador discute a problemática dos lugares. Segundo Nora, diante de aceleração de história vivenciada na contemporaneidade e do arrefecimento das tradições, surge a necessidade de se demarcarem lugares de memória porque os meios de memórias não existem mais (NORA, 1993). Para o autor, esses espaços só são lugares de memória se contemplarem três dimensões simultâneas,

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. (NORA, 1993. p. 21)

Na tentativa de construção e reconfiguração dessa aura simbólica apontada por Nora que buscamos desenvolver no espaço do arquivo da Biblioteca Pública Municipal de Jaguarão um local de reflexão e problematização acerca do período ditatorial de 1964. A relação dos lugares de memória com o conhecimento histórico se dá a partir da junção de memórias individuais em uma memória coletiva que traz a cena novos elementos e atores antes renegados ao esquecimento. Assim, a demarcação desse lugar gera a consolidação de narrativas anteriormente silenciadas, fortalece identidades, valores democráticos e amplia a compreensão da cidadania.

Documentos são produtos sociais dinâmicos: produzem, reproduzem e são produzidos pelas sociedades que os circundam, estas não documentam por documentar, há sempre uma intencionalidade por trás do ato. Da mesma maneira a imprensa não noticia por noticiar, nesse sentido, seu arquivo é uma produção social com efeitos sociais em estágio de latência. Pois, para ser acionado esse poder, esses documentos devem ser consultados e interpretados por uma identidade externa que direcione seu uso em uma construção lógica. Essa produção material e simbólica traz um sentido referencial de produção de enunciados relacionando-se nesses dois âmbitos com a sociedade. Nesse sentido os arquivos são e devem ser espaços a serem ocupados e utilizados pela comunidade, lembrando que informação é poder de auto emancipação de mentes e corpos. Devido a sua potencialidade em ser meio para a construção e reconstrução de memórias coletivas, não que este seja uma espécie de “baú de memórias prontas”, mas sim um produtor de memórias a partir da dinâmica no trato com a sociedade. Seus significados podem ser construídos e reconstruídos ao longo do tempo, tanto no que diz respeito ao espaço quanto aos documentos salvaguardados neste, gerando outra relação social.

No Brasil, durante os últimos vinte anos têm ocorrido alguns esforços para a demarcação de espaços públicos que tenham alguma ligação com o período ditatorial.

Segundo Caroline Bauer (2020) “a memória coletiva possui suas ancoras de construção dos seus discursos” como, por exemplo, o nome da Biblioteca municipal em questão, um espaço público que leva o nome de um ex-interventor municipal. Segundo a autora, esse batismo intencional tem por finalidade fazer com que seja lembrado ou remetido a determinado acontecimento. No caso brasileiro, o contra esforço a essa pratica a partir da (re)marcação de lugares ligados a ditadura é um fenômeno bastante recente. Nesse sentido,

ocupar esses espaços e proporcionar intervenções pedagógicas nos mesmos é uma forma de educação em direitos humanos, de educação patrimonial e uma forma de pensar as cidades narrando outras histórias para além das oficiais presentes em seu espaço. (BAUER, 2020).

De encontro a essa perspectiva, a presente proposta aqui narrada objetivou a confecção de um catálogo contendo a relação das notícias referentes às políticas do governo ditatorial de 1964 vinculadas no periódico A Folha durante os anos de chumbo, período compreendido na historiografia brasileira a partir da decretação do AI-5, durante o governo Costa e Silva (1967-1969), estendendo-se até o fim do Governo Médici (1969-1974). No entanto, a partir da grade de leitura usada para sustentar as ideias contidas nesse projeto, acreditamos ser pertinente considerar enquanto periodicidade referente aos anos de Chumbo o período compreendido entre 1968, com a decretação do AI-5, e fins de 1974. Pois, compreendemos a decretação do AI-5 enquanto ápice da política de sistematização da violência do regime contra a população, sendo a completa aniquilação do movimento guerrilheiro no Araguaia e a perseguição ostensiva as comunidades camponesas ao redor, em fins de 1974, a sua maior expressão<sup>7</sup>.

Ao analisarmos os “anos de chumbo” estamos analisando também as práticas referentes ao Terrorismo de Estado (TDE), embora este tenha sido empregado desde

---

<sup>7</sup>Segundo a historiadora Ananda Fernandes (2009), o movimento guerrilheiro no Araguaia, que contava com cerca de 70 militantes, fora oficialmente encerrado em janeiro de 1975 com um saldo de mortos, presos, e desaparecidos tendo entre estes, não apenas militantes, mas muitos membros das comunidades camponesas do local, o que faz com que os números de atingidos sejam muito mais amplos do que os 70 membros da guerrilha.

1964, entendendo seus efeitos sobre a sociedade a partir da definição apresentada pelo pesquisador Enrique Serra Padrós (2005) que em sua tese, explica que o TDE afeta diretamente no surgimento das diferentes memórias que se forjam sobre o regime ditatorial no momento em que esse ocorre sendo repassadas às gerações seguintes, pois,

A aplicação da “pedagogia do medo”, que resulta numa “cultura do medo”, produz o silenciamento e o isolamento dos indivíduos e mais eficiente se torna quando induz ao “auto silenciamento” e ao “auto isolamento” de cidadãos temerosos e desesperançados. Portanto, nas experiências de TDE, a combinação da violência direta (ativa) com a violência irradiada (potencial), mecanismos componentes da “pedagogia do medo”, produz medo e temor e, pelo exemplo, “educa” na atitude passiva, submissa, indiferente e, se for possível, coopta para o colaboracionismo. (PADRÓS, 2005, p. 106)

Acrescido a esse completo imobilismo causado pelo medo que molda a sociedade o regime ditatorial buscou legitimidade para o seu governo a partir da ideia de desenvolvimento pregada com o “milagre econômico”<sup>8</sup>. Sendo assim, foram veiculados dois campos de análise definidos, a partir da ideia defendida pela historiadora Maria Helena Moreira Alves (1984), o regime civil militar de 1964 pode ser definido como um *Regime de Segurança Nacional e Desenvolvimento*, ou seja, um regime em que a burocracia estatal, forjada a partir das ideias contidas dentro da *Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento* importada das escolas de guerra americanas, visando o combate ao perigo comunista não pode ser pensada desatrelada a uma forte política de crescimento econômico que eliminaria os atrativos necessários à implantação do comunismo no Terceiro Mundo, sendo assim, mapeamos notícias vinculadas a Segurança Nacional e a Economia durante os “anos de chumbo”.

Inicialmente, objetivávamos o trabalho com todo o espaço temporal referente aos anos de chumbo, todavia, devido ao curto tempo para desenvolvermos a proposta e a falta dos exemplares do jornal do ano de decretação do AI-5 no arquivo da Biblioteca Pública, esta mantém sob sua guarda os anos de 1969 até os dias atuais, optamos por

---

<sup>8</sup> Período de expressivo crescimento econômico ocorrido entre os anos de 1968-1973 em que o Brasil atingiu taxas de BIP 12% ao ano, enquanto a inflação ia a 18% em 1969 chegando a 94,7 % no final da década de 1970.

definir um novo recorte temporal dentro da temática estabelecida. Assim, devido ao curto período de atuação, pois o estágio III compreende 10 horas/aula de observação e 20 horas/aula de prática dentro do espaço de atuação e, ao volume de exemplares do jornal, conseguimos analisar por completo os exemplares do periódico referentes aos anos de 1969 e 1970. Vale pontuar que, o acervo desse jornal desde sua fundação até os dias atuais fora recentemente doado pelo atual proprietário ao Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, arquivo ao qual tivemos de recorrer para traçar minimamente um “perfil político” do periódico diante do contexto nacional. Assim, foram consultados para a confecção dessa oficina os fundos de 1961, onde não foi encontrada nenhuma referência ao movimento da Legalidade, sendo resumido esse episódio a uma breve notícia da renúncia de Jânio Quadros dias depois da posse de João Goulart, e os fundos de 1964, onde podemos encontrar duras críticas às reformas discutidas pelo governo legítimo e o enaltecimento da “revolução de 31 de março”, até o ano de 1968.

Dentre as notícias veiculadas no periódico nos anos compreendidos pelo catálogo é expressivo o número daquelas que se referem à economia trazendo uma clara alusão a ideia de Brasil Potência pregada pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Segundo a historiadora Ananda Fernandes,

[...] durante os “anos de chumbo”- principalmente no governo Médici- a busca da legitimidade da ditadura, para os setores médios e altos da sociedade, foi encontrada no plano econômico. A aparente consolidação do “milagre econômico” no Brasil, com ênfase no crescimento industrial entre os anos de 1968 e 1973, no qual houve acréscimo de dois dígitos no Produto Interno Bruto (PIB), acabou por minimizar a oposição à ditadura. (FERNANDES, 2009, p. 139)

Pautados em uma política econômica “produtivista” o Brasil abriu seu mercado para investimentos estrangeiros e realizou um amplo programa de investimentos do Estado, que ficaram conhecidos como “obras faraônicas”. Para isso, o governo buscou empréstimos com instituições internacionais de crédito o que fez com que ao fim do período compreendido pela historiografia como *milagre econômico* a dívida externa do país desse um salto de “3,9 bilhões de dólares em 1968 para 12,5 bilhões de dólares em 1973” (ALVES, 1984, p. 146).



Segundo essa visão “produtivista” é fundamental a um país subdesenvolvido como o Brasil criar as condições necessárias para o investimento, sobretudo estrangeiro, visando acumulação de capital suficiente para alavancar a arrancada do desenvolvimento econômico nacional. Tal perspectiva, segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), está ligada diretamente a DSN e desenvolvimento, no qual o ideal de desenvolvimento econômico nacional contido na doutrina não visava à rápida melhoria nos padrões de vida da população em geral. O período do “milagre” gerou significativa concentração de renda que veio a beneficiar apenas a uma parcela bem específica da sociedade, enquanto a outra sofria com o arroxio salarial e a mordaza imposta aos sindicatos que fazia com que sessassem as margens de reivindicação destes “antes de se preocupar com a distribuição, argumentavam os “produtivistas”, era necessário aumentar o tamanho do bolo” (ALVES, 1984, p. 147). Para tanto, um clima econômico favorável e um quadro de estabilidade sociopolítica eram fundamentais, não é à toa que o “chumbo” veio a reboque com o “milagre”. Nesse sentido, para os setores privilegiados diretamente, passou a importar mais os benefícios do segundo que os malefícios do primeiro.

Outro elemento era de extrema importância para que a ideia de Brasil Potência obtivesse êxito, amordaçar a imprensa para que as práticas do chumbo não fossem postas em contraste. Assim, a censura oficializada em 1967 com a lei de imprensa passa a ganhar contornos cada vez mais violentos após a decretação do AI-5. Em Jaguarão, cidade considerada área de interesse para a segurança nacional, não foi diferente. Segundo a entrevistada 01<sup>9</sup> o Sr. Anysio S. Resen, proprietário do jornal na época, algumas vezes relatou a mesma, no período em que trabalharam juntos na década de 1990, que “nos anos de ditadura por diversas vezes estive em sua redação montando o jornal sob a mira de um revolver”, a mesma ainda completou dizendo que “provavelmente de um soldado no exercício da função de censor”. É sabido que a figura do censor fora presença marcante em diversas redações pelo Brasil, todavia, não encontramos outros indícios dessa ocorrência em Jaguarão para além do relato da

---

<sup>9</sup> Por solicitação da mesma sua identidade será preservada. A entrevista não fora gravada, nos sendo permitido apenas tomar nota de seu relato.

entrevistada e, se analisarmos o perfil socioeconômico do Sr. Anysio e o conteúdo vinculado por seu jornal temos uma mídia simpática ao regime e um tipo social a quem em tese as reformas propiciadas pela ideia de um “novo Brasil” viriam a interessar, ao menos nos primeiros anos deste. No entanto, a partir da década de 1970, quando o jornal começa sutilmente a vincular notícias que demonstram aspectos ineficazes dos governos municipal, estadual e federal, passa a ser prática recorrente em algumas edições a vinculação de sonetos ou poesias que esporadicamente aparecem sem manter um padrão de tempo entre edições ou a vinculação destas a uma coluna em específico. O que nos leva a supor, que estivessem ocupando o lugar de uma matéria censurada, sabe-se que muitos jornais adotaram esta prática durante o período, indo de encontro ao relato da entrevistada 01.

A manobra de difusão das ideias de Brasil enquanto uma potência econômica, uma das estratégias utilizadas pela ditadura para acobertar o chumbo e legitimar o governo, podem ser percebidas na ampla maioria das notícias vinculadas pelo periódico A Folha, sendo algumas delas transcritas de outros jornais “a pedidos”, sem fazer vinculação ao nome do solicitante, e outras produzidas localmente que versam sobre obras na infraestrutura da cidade, ou que trarão benefícios diretos para a cidade, como as referentes a melhorias nas estradas, a Ponte Internacional Barão de Mauá, a orla do rio Jaguarão, dentre outras. Demonstrando assim, que o milagre é uma realidade concreta que ocorre no “quintal de casa” e não um sonho distante para os jaguarenses.

Dentre as pautas citadas, uma das mais noticiadas nestes dois anos analisados fora a construção do trecho Pelotas-Jaguarão da BR-116, poucas são as edições do jornal que não trazem uma nota referente aos tramites da obra. No entanto, esse projeto data de muito antes de 1970, ano que ao que tudo indica ele começa a ganhar forma após muitas pressões por parte da comunidade<sup>10</sup>.

O ex-embaixador do Brasil no Uruguai e pai do CIEx<sup>11</sup> Manoel Pio Correa, relata em suas memórias que em 1965, quando foi remanejado para a embaixada do Brasil no

---

<sup>10</sup> Em 1970 cria-se uma comissão municipal pró-construção da BR-116 trecho Pelotas-Jaguarão

<sup>11</sup> Centro de Informações do Exterior, órgão responsável por vigiar o inimigo interno asilado/ exilado em outro país e por controlar os inimigos internos de outros países latinos no contexto da Condor.

país vizinho com a missão de controlar as atividades dos asilados brasileiros naquele território, idealizou o “Plano de Rodovias Multinacionais”. Um projeto de construção e melhorias das estradas e acessos internacionais enquanto uma forma de exercer pressão sobre o governo uruguaio para cercear as inconvenientes atividades políticas dos asilados, sobretudo os ligados ao governo deposto, naquele país (CORREA, 1995).

### 1.1. Metodologia e aplicação da oficina

Para realização desse estudo, foram analisados com base em bibliografia específica os periódicos referentes aos anos propostos pelo recorte temporal do projeto, sendo fotografadas notícias identificadas com os objetivos aqui propostos e esse material deu origem a um banco de dados virtual. Esse banco de imagens foi organizado em duas pastas, cada uma com doze subpastas referentes aos meses do ano, e dentro de cada pasta mensal estão às pastas referentes às edições semanais do jornal com todas as matérias vinculadas a proposta do catálogo devidamente referenciadas. Esse arquivo digital está salvaguardado nos computadores do laboratório de informática da Biblioteca Municipal acompanhado de um catálogo contendo as seguintes informações:

Título da matéria	Referência do jornal	Informações complementares
	Data da publicação Ano e N° da edição Página	Assinatura da matéria Título da coluna

Tabela 1: catálogo. Fonte: Autoral.

Essa ficha após ser preenchida foi entregue ao arquivo da Biblioteca para que possa vir a facilitar pesquisas futuras que versem sobre esse recorte temático e temporal, para que após a análise do catálogo aqueles que interessarem-se por algum material ali contido possam consulta-lo sem a necessidade de manuseio nos jornais que já se encontram em avançado estado de precarização devido à ação do tempo.

Após a confecção deste catálogo, foi feito o convite para que estudantes da turma 3M do Curso de Edificações do IFSul Campus Avançado Jaguarão para participarem de percurso guiado voltado para o ensino de história, em que foram percorridos caminhos utilizados pelas redes de mobilidade organizadas na fronteira cidade de Jaguarão<sup>12</sup>. Esses alunos presenciaram durante a atividade uma fala a respeito das particularidades existentes em Jaguarão na década de 1960-1970, que faziam com que essa pequena cidade fronteira participasse de maneira ativa dos acontecimentos nacionais. Finalizando a atividade, os educandos foram convidados a conhecer o catálogo e manusear o banco de dados virtual, sendo realizada uma breve explanação sobre o mesmo e sobre o contexto a que se vinculam as matérias selecionadas.

Em linhas gerais, a turma esteve participativa e atenta durante todo percurso, agregando seus questionamentos e diferentes memórias familiares ao debate como, por exemplo, um educando, que aqui vamos chamar de João para preservar sua identidade, que relatou que após a oficina entendia porque o avô diz que a ditadura foi uma época boa:

meu avô conta que ele recém casado conseguiu mobiliar a casa e que por isso a ditadura foi uma época boa e que aqui as coisas eram tranquilas, agora faz sentido porque dessa ideia aí a imprensa não noticiava a violência e mostrava que o país crescia e o vô morando na campanha [zona rural da cidade] não tinha muito como saber além disso. (JOÃO, 2018)

Após esse relato, uma das meninas da turma completou que já ouviu de familiares mais velhos que em Jaguarão não existiu ditadura e que “essas coisas que se vê falar na tv não tinha por aqui”. Essas falas, que tentamos transcrever da forma mais fiel possível as originais, foram de fundamental importância para o debate, pois nos permitiram discutir os silêncios estruturais forjados pelo Estado Brasileiro a partir de uma perspectiva microestrutural, levando esses educandos a perceber que a ditadura foi um realidade vivida em todo o País, onde cada região teve suas particularidades, desconstruindo assim, visões generalistas e negacionistas sobre o período. Levando-os

---

<sup>12</sup>Essa aula pública desenvolvida pela autora A tem por base as informações levantadas durante a pesquisa de seu trabalho de conclusão de curso.

a perceber alguns dos fatores que geram diferentes memórias em disputa sobre 1964 afetando diretamente a concepção das gerações que vivenciaram o fato e das gerações futuras.

Segundo Verena Alberti (2014, s.p.) “o problema dos temas sensíveis é que eles não são fáceis de tratar em sala de aula - aliás, em lugar nenhum”. Em uma palestra conferida no ano de 2014 a pesquisadora aponta caminhos para a abordagem de questões sensíveis ou controversas em sala de aula, sendo o primeiro pré-requisito a necessidade de um ambiente seguro, para ambas as partes envolvidas no processo de aprendizagem, onde se possam desenvolver criticamente as reflexões sobre o tema abordado. Nas palavras da autora, se faz necessário que “os professores e a escola estejam dispostos a correr riscos. Além disso, é preciso que professores e alunos tenham tempo e vontade para entender um assunto complexo, para sair da facilidade do preto-e-branco e entrar numa zona cinzenta.” (ALBERTI, 2014, s.p.).

Para isso, a autora aponta alguns caminhos como o uso de fontes atraentes e estimulantes capazes de incentivar a reflexão crítica por parte dos educandos e colocar em xeque ideias pré-concebidas de lugares comuns; enfatizar a diversidade de experiências diante da temática abordada nos permitindo fazer frente a uma tendência da história oficial de homogeneizar os grupos e, também, respeitar as vítimas de situações limites e os alunos que tomam contato com esses temas não sendo necessário chocá-los. Como destaca a Alberti:

O horror do holocausto não está nas imagens; não precisamos mostrá-las para tentar dar conta do que aconteceu, em sua gravidade. O mesmo vale para a tortura cometida por agentes públicos durante o governo militar, no Brasil, ou então para os castigos infligidos aos escravos. (ALBERTI, 2014, s.p.)

É necessário saber trabalhar com o horror e o trauma, esses devem ser sim conhecidos em uma perspectiva que vai da sensibilização à reflexão, ainda segundo a autora, após a denúncia da barbárie se faz necessário à compreensão do contexto histórico para que:

se reduzam as possibilidades de traslado do relato a um espaço atemporal. Além disso, é preciso evitar que a violação de algo chamado “direitos humanos” se restrinja a algo que “aconteceu no passado”, ligado a um “terrorismo de Estado”, evitando-se trabalhar as violações dos direitos humanos que ocorrem hoje. (ALBERTI, 2014, s.p.)

Em nível local, foco de análise desse artigo, se tratando do ensino formal do período ditatorial de 1964, o fato de os livros didáticos centrarem suas análises e argumentos no que diz respeito ao eixo Rio de Janeiro - São Paulo, destinando a regiões periféricas como a desta pesquisa, pouca ou nenhuma linha a respeito. Sendo assim, faz com que a apreensão dessa temática pelos educandos seja completamente alheia a sua realidade de mundo. O que nos coloca diante de uma dura realidade, pois como destaca Vieira:

O que pudemos vivenciar nessa cidade é que, de maneira geral, as pessoas quase não debatem ou abordam a Ditadura. E geralmente quando indagadas sobre esse período comumente respondem “em Jaguarão não teve ditadura”. Da mesma forma as discussões desse período também não aparecem em sala de aula. Quando apresentada, a ditadura é resumida em data do fim da democracia e data das Diretas Já. Nesse sentido, nos perguntamos como seria possível que a população abordasse esse tema se as gerações mais antigas tendem a não o discutir, enquanto as mais jovens não debatem sobre ele? (VIEIRA, 2018, p. 53)

Acreditamos que a resposta a esta questão se encontra hoje em esforços pontuais, como o aqui narrado, em descentralizar e não generalizar os saberes a respeito deste período. Iniciativas essas que em sua maioria partem de pesquisadores que se debruçam sobre as peculiaridades que tornam a atuação dessa fronteira singular diante da dialética Estado e oposição.

### **Considerações finais**

Atualmente vivemos em um cenário político turbulento no qual se faz necessário dialogarmos cada vez mais sobre nossos passados sensíveis. Todavia, tal necessidade não é apenas uma demanda atual, pois no que tange a temática das ditaduras o Brasil pouco avançou em termos de políticas públicas reparatórias à sociedade após sua redemocratização. Nesse sentido, se para aqueles que sofreram diretamente as consequências de um regime de terrorismo de estado renegar essas memórias

traumáticas ao umbral do esquecimento fora uma forma de buscar alívio psíquico. Para o Estado brasileiro, que protagonizou uma transição à democracia com ares de “acordo de comadres”, o esquecimento fora um projeto político.

Essa desmemória gera sérias sequelas em nosso tecido social, uma vez que é a partir do imaginário construído sob efeito de uma sistemática sonegação de informações que vão sendo construídas memórias individuais e coletivas. Se o terrorismo de estado “castrou” no mínimo três gerações - no que diz respeito às suas consequências diretas para aqueles que já haviam lutado contra o estado novo, os estudantes que pegaram em armas em meados de 1960 e aqueles que nasceram no exílio - o silenciamento estrutural a esse passado reflete na sociedade até os dias atuais. Um exemplo disso, é que pouco tempo atrás, em 2016, quando presenciamos o impeachment da presidenta Dilma Rousseff vimos em meio a estes atos por todo Brasil inúmeros jovens marchando com cartazes pedindo a volta da Ditadura. Tais manifestações, se apoiam em diferentes memórias pautadas em um senso comum construído a partir de uma sólida política de desmemória orquestrada pelo Estado brasileiro. Sendo essas cada vez mais acionadas para defesa de tal posicionamento, chegamos ao caótico hoje em que formadores de opinião aparecem nos meios de comunicação fazendo clara apologia a torturadores vinculados ao regime civil militar de 1964.

Essa sucinta retrospectiva nos faz lembrar da importância cada vez maior de trabalharmos com passados sensíveis em nossas salas de aula. Pois, o gradual silenciamento dessas memórias de dor e resistência diante das práticas terroristas do Estado brasileiro tende a auxiliar no apagamento da “versão dos vencidos”, memórias essas de fundamental importância para analisarmos nossa história como nação e também como indivíduos. Nesse sentido, a educação tem papel importante no sentido de sensibilização a respeito de diversos acontecimentos do passado, mas para que tenhamos uma educação sensibilizadora que mobilize a partir dos sentimentos nós professores temos que ter liberdade de atuação, assumindo o compromisso de que questões éticas e morais fazem parte de nossa sala de aula e que para além da escola,

podemos pensar acervos, arquivos e museus enquanto palco de reflexão crítica e responsável a respeito de temáticas socialmente sensíveis.

Nesse artigo, narramos um esforço pontual e extremamente desafiador para os educadores envolvidos, abordar passados sensíveis a partir de uma perspectiva local diante dos silêncios existentes na fronteira Jaguarão e das disputas de memórias acerca do período de 1964. A saída encontrada fora introduzir o debate a partir de aspectos que estivessem presentes na realidade dos educandos, visando mirar o passado de maneira a possibilitar observação de suas permanências no presente. Nesse sentido, sendo o periódico A Folha um veículo de comunicação existente até os dias de hoje, o trabalho com seu arquivo suscitou curiosidade e envolvimento dos educandos. Tomamos o arquivo, localizado na Biblioteca Pública Municipal, como um meio de demarcação de um local de memória na cidade, pois ao identificarmos esse espaço como tal e difundirmos esses discursos junto à comunidade, a começar pelos nossos jovens, estamos buscando reparações narrativas diante dos silêncios estruturais, difundindo a partir desse espaço outro viés de conhecimento da história local, traçando a perspectiva de que a cidade fora ocupada em várias esferas pelas relações tecidas entre estado e oposição durante o período ditatorial de 1964.

Se pensarmos uma produção histórica comprometida com a diversidade de experiências específicas dos mais distintos atores que protagonizaram esses cenários, e que por muito tempo estiveram excluídos ou a margem das narrativas oficiais, estaremos realizando um enfrentamento aos negacionismos, ao silenciamento e ao esquecimento de determinadas experiências do passado. Em síntese, para além de uma mera inclusão das temáticas do tempo presente nas aulas de história estaremos enquanto educadores fazendo parte de uma educação voltada para o exercício da cidadania. Reafirmando nosso posicionamento de que o ocorrido durante as ditaduras deve ser discutido, ensinado e problematizado a começar pela escola, como também, em espaços educativos não formais, a exemplo de acervos, bibliotecas, museus, entre outros. O “nunca mais” não deve ser encarado como um ponto final que sepulta o passado, mas sim como um vetor de reparação a essas memórias silenciadas pelo Estado. Sendo assim, é nosso dever enquanto educadores problematizarmos as



diferentes memórias em disputa sobre o regime ditatorial de 1964, pois se faz urgente que as novas gerações compreendam esse projeto maior que nada teve de “ditabranda”, como nos querem fazer crer alguns setores, o porquê da existência de certos silêncios e o porquê de uma disputa de diferentes discursos em torno dessa memória. *Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!*

## Referências

ALBERTI, Verena. **O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas**. Palestra proferida no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, realizado no Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Caicó (RN), de 17 a 21 de novembro de 2014.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2º Ed. Petrópolis : Vozes, 1984.

BÔAS, Alexandre dos Santos Villas. Ditadura militar e planejamento urbano: o caso de Jaguarão/RS. In: ENGELKE, Cristiano; SAINZ, Nilton (Orgs.) **Sombras no extremo sul: luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.

CORREA, Manoel Pio. **O Mundo em que Vivi**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

DE VARGAS GIL, Carmem Zeli; CAMARGO, Jonas. Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 139-159, 2018.

DOURADO, Raniere. **Relatório de estágio três**. Universidade Federal do Pampa-Unipampa. Jaguarão, s.d. Acervo pessoal.

DOURADO, Raniere de Oliveira Santos. **A Ditadura Civil-Militar e o Movimento Estudantil em Jaguarão**. UNIPAMPA - Licenciatura Plena, Integral. Universidade Federal do Pampa. 2017

**Entrevistado 01**. Entrevista sem título concedida à Darlise Gonçalves de Gonçalves. Jaguarão, Brasil, 8 de outubro de 2018.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. Dissertação (Dissertação de mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do rio grande do Sul- UFRGS, Porto Alegre, 2009.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. MARTINS, Larissa Pinto Acorda Amor! A Música Enquanto Principal Mecanismo de Diálogo do Povo Frente à Repressão: Possibilidades e abordagens para o ensino de história. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 05, ed. especial, abr., 2019, artigo nº 1117. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1117>.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Travessia: O Protagonismo da Fronteira Jaguarão na Rota dos Passageiros da Liberdade Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1973)**. Trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em História- Faculdade de História, Universidade Federal do Pampa- Unipampa. Jaguarão, 2018.

\_\_\_\_\_. Brasil potência! A memória da política econômica ostensiva brasileira em contraste ao chumbo através das páginas do periódico A Folha de Jaguarão (1969-1970). In: SANTOS, A. B. et al. **Pesquisa e Sociedade: desafios e possibilidades**. Pelotas: BasiBooks, 2020, p. 940-950.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993.

PADRÓS, Enrique, GASPAROTTO, Alessandra e ASSUMPCÃO. Ditaduras civil-militares do Cone Sul: experiências de trabalho e práticas para sala de aula. 2013. In: GASPAROTTO, Alessandra, FRAGA, Hilda e BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Ensino de história no CONESUL – Patrimônio Cultural, territórios e fronteiras**. Porto Alegre. Evangraf/UNIPAMPA Jaguarão, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras De Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Tempo e argumento**. Revista do programa de pós-graduação em História. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Como el Uruguay no hay: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. Tese (Tese de doutorado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: Os desaparecidos políticos. **História em Revista**, 10, 2004.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado**. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI Editores Argentinos, 2005.

SCHMIDT, Benito Bisso. De quanta memória precisa uma democracia? Uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual. **Anos 90**, v. 22, n. 42, 2015.

TAVARES, Renata de Paiva. **A Divulgação do Imaginário de “Brasil Grande” Durante a Ditadura Militar no Jornal A Folha De Jaguarão Entre 1970 a 1974**. Trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em História - Faculdade de História, Universidade Federal do Pampa- Unipampa. Jaguarão, 2016.

VIEIRA, Elena Teixeira Porto. **Em Busca Das Fontes Perdidas: Um Estudo Sobre A Ditadura Civil-Militar Em Jaguarão- RS A Partir Das Atas Da Câmara De Vereadores E Do Jornal “A Folha” (1964)**. Jaguarão. UNIPAMPA monografia ao Curso de História-Licenciatura Plena, Integral- Universidade Federal do Pampa. 2014

\_\_\_\_\_. **O golpe de 64 silenciado: a memória e o esquecimento do período da ditadura no município de Jaguarão-RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.

WASSERMAN, Claudia. “O golpe de 1964: Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil” in: *A Ditadura de Segurança Nacional No Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*/ organizadores Enrique Serra Padrós, Vania M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Amanda Simões Fernandes. - Porto Alegre: Corag, 2009. V. 1.

Webinar História em Quarentena Semana 2: Violência de Estado e autoritarismo - 56 anos do golpe. Webinar apresentado por Caroline Silveira Bauer “Rememorar a ditadura 56 anos após o golpe”. [S. l.: s. n.], transmitido no dia 30/03/2020. 1 vídeo ( 1h 6min 47seg) Disponível em <  
[https://www.facebook.com/events/1296020240599268/?active\\_tab=discussion](https://www.facebook.com/events/1296020240599268/?active_tab=discussion)>.  
Acesso em: 30/03/2020.

#### *Acervos consultados*

Biblioteca Pública de Jaguarão: acervo do Jornal A Folha, pastas 1969 e 1970.  
Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão: acervo do Jornal A Folha, pastas 1961, 1964 - 1968.

Enviado em: 09.05.2020

Aceito em: 28.06.2020